

# A GUERRA NA UCRÂNIA SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DISCUSSÃO SOBRE CAUSAS E CARÁTER DA GUERRA

253

Caio Bugiato<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta as perspectivas teóricas e análises do Realismo, do Liberalismo e do Marxismo sobre a Guerra na Ucrânia. A partir de leitura bibliográfica sobre as teorias e as posições de autores referenciados nessas perspectivas, procuramos diferenciar e evidenciar suas avaliações sobre as causas e o caráter da guerra. A guerra iniciada pelo Estado russo para os realistas é defensiva e sua principal causa é a expansão da OTAN. Para os liberais, é uma guerra de agressão, cuja principal causa é a autocracia de Putin. Para nós é uma guerra contra-imperialista e sua principal causa é a expansão da cadeia imperialista/OTAN.

**Palavras-chave:** Teorias de Relações Internacionais; Guerra na Ucrânia; Governo Putin; Rússia; Crítica marxista.

## THE WAR IN UKRAINE FROM THE PERSPECTIVE OF INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES: DISCUSSION ON CAUSES AND CHARACTER OF THE WAR

### Abstract

This article presents the theoretical perspectives and analyses of Realism, Liberalism and Marxism on the War in Ukraine. Based on a bibliographical reading of the theories and positions of authors referenced in these perspectives, we seek to differentiate and highlight their assessments about the causes and the character of the war. The war initiated by the Russian state for realists is defensive, and its main cause is the expansion of NATO. For liberals, it is a war of aggression, whose main cause is Putin's autocracy. For us, it is a counter-imperialist war, and its main cause is the expansion of the imperialist chain/NATO.

**Keywords:** International Relations Theories; War in Ukraine; Putin government; Russia; Marxist critique.

## LA GUERRA EN UCRANIA DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS TEORÍAS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES: DEBATE SOBRE LAS CAUSAS Y EL CARÁCTER DE LA GUERRA

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na UFRRJ e no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC. Contato: bugiato@gmail.com

## Resumen

Este artículo presenta las perspectivas teóricas y análisis del Realismo, del Liberalismo y del Marxismo sobre la Guerra de Ucrania. A partir de una lectura bibliográfica de las teorías y posiciones de los autores referenciados en estas perspectivas, buscamos diferenciar y destacar sus valoraciones sobre las causas y el carácter de la guerra. Para los realistas, la guerra iniciada por el Estado ruso es defensiva y su causa principal es la expansión de la OTAN. Para los liberales, es una guerra de agresión, cuya causa principal es la autocracia de Putin. Para nosotros, es una guerra contraimperalista y su causa principal es la expansión de la cadena imperialista/OTAN.

**Palabras clave:** Teorías de las Relaciones Internacionales; Guerra en Ucrania; Gobierno de Putin; Rusia; Crítica marxista.

## Introdução

Em 24 de fevereiro de 2022 as forças armadas do Estado russo cruzaram a fronteira do Estado ucraniano para realizar uma operação militar, a qual ficou conhecida na imprensa e no meio universitário como – entre outras nomenclaturas – Guerra na Ucrânia. O confronto segue para completar dois anos e até o momento não existem acordos ou arranjos diplomáticos capazes de levá-lo ao fim. Esta guerra não está limitada ao campo de batalha e à disputa de narrativas: ela se entende para a análise geral das relações internacionais contemporâneas e, particularmente, para a análise das motivações que levaram o governo de Vladimir Putin a começá-la.

As análises sobre a Guerra na Ucrânia têm sido balizadas por duas teorias dominantes da área das Relações Internacionais (RI) no Brasil e no exterior. Tais análises teoricamente referenciadas procuram tanto desvendar as causas da guerra quanto sugerir o caráter do confronto. Para os analistas referenciados na teoria do Realismo, as causas da guerra estariam principalmente na ameaça que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelo Estado estadunidense, representaria para a segurança nacional russa. Logo, a Guerra na Ucrânia teria um caráter de guerra de defesa, pela preservação da integridade territorial e política do Estado russo. Para os analistas referenciados na teoria do Liberalismo as causas da guerra estariam nas

características não liberais do governo Putin, cujo autoritarismo teria uma face externa expansionista e representaria perigo ao mundo ocidental liberal e democrático. Logo, o confronto no Leste Europeu teria caráter de guerra de agressão, dadas as medidas para manutenção do poder de um governo autocrático.

O primeiro objetivo deste artigo é detalhar tais referenciais teóricos e apresentar suas análises sobre a Guerra na Ucrânia com a finalidade de evidenciar as causas e o caráter da guerra para essas teorias e seus analistas. Na primeira seção apresentamos a teoria de um dos grandes expoentes atuais do Realismo e sua análise, John Mearsheimer, e a análise do professor brasileiro José Luís Fiori. Ainda, apresentamos a teoria liberal alicerçada em um grande expoente da corrente, Michel Doyle, e as análises dos estadunidenses Michael McFaul e Stephen Sestanovich e do pesquisador brasileiro Vicente Ferraro. Algumas observações sobre essa seção são necessárias. Primeiro, não há novidade alguma para os familiarizados com a área das Relações Internacionais nas apresentações acerca das teorias. Segundo, apesar de publicados em 2014, os artigos de Mearsheimer, McFaul e Sestanovich trazem reflexões fundamentais sobre a guerra, que foram retomadas direta ou indiretamente por analistas mais atuais, inclusive no Brasil como será visto. McFaul e Sestanovich não têm o renome de Mearsheimer nas Teoria de RI, contudo são intelectuais que fizeram parte de governos dos Estados Unidos da América (EUA) no período pós-Guerra Fria.

Na segunda seção nosso segundo objetivo é, igualmente, evidenciar as causas e o caráter da guerra, mas com um referencial crítico. Assim apresentamos o nosso referencial teórico distinto para analisar a Guerra na Ucrânia. A teoria política marxista baliza a análise e é parte da nossa pesquisa ainda em curso. Referenciamos-nos nas obras de Nicos Poulantzas (1970, 1976, 1977 e 1978), particularmente nas suas teorias sobre imperialismo e Estado capitalista e suas indicações sobre o bonapartismo. Deste modo é possível fazer afirmações sobre a Guerra na Ucrânia e o governo Putin, ainda que tenham a natureza de hipóteses. Contudo, podemos fazer uma avaliação das causas e do caráter da guerra que é diferente do Realismo e do Liberalismo. Entendemos que a principal causa da guerra é a expansão da cadeia imperialista – que se materializa em instituições como a OTAN – e o seu caráter é contra-imperialista.

Nas considerações finais evidenciamos a diferença entre as teorias e as análises do Realismo, do Liberalismo e do Marxismo.

## As teorias da Relações Internacionais e a Guerra na Ucrânia.

### O Realismo

A teoria do Realismo considera as relações internacionais como uma arena de luta pelo poder entre as unidades políticas, os Estados. Estas unidades compõe um sistema estatal que não possui uma autoridade central, ou seja, é um sistema anárquico. Suas raízes teóricas mais modernas podem ser encontradas em clássicos da Filosofia Política como Nicolau Maquiavel e Thomaz Hobbes. Na área das RI pensadores, e suas obras, da primeira metade do século XX, como E.H. Carr (2001) e *Vinte anos de crise: 1919-1939* e Hans Morgenthau (2003) e *A política entre as nações*, são referências incontornáveis. Em sua vertente mais recente, o Neorealismo, Kenneth Waltz (1979) e *Teoria de política internacional* e sobretudo John Mearsheimer (2007) e *A tragédia da política das grandes potências*, são autores e obras fundamentais para analisar as relações internacionais e a Guerra na Ucrânia da perspectiva realista.

De acordo com os neorealistas, o sistema estatal realmente funciona em um mundo de anarquia internacional, onde o Estado soberano é a autoridade máxima. Estas unidades política são os principais agentes das relações internacionais. O principal objetivo do Estado é manter sua sobrevivência e segurança e satisfazer seu interesse nacional e, para atingir seu objetivo, o Estado não pode depender de outros Estados (autoajuda). Em um sistema anárquico, os Estados temem uns aos outros e não revelam suas intenções abertamente (a névoa da guerra), o que gera uma preocupação generalizada na forma de um dilema da segurança (HERZ, 1950). Tal dilema significa que se um Estado aumenta seu poder, inclusive militar, por temer e não saber das intenções de outros Estados, ele provoca a insegurança dos outros, que por sua vez igualmente procuram aumentar seu poder. Esta situação gera desequilíbrios de poder e fomenta corridas armamentistas, tensões e guerras.

Neorrealistas como Mearsheimer (2007) enfatizam a anarquia como estrutura que constrange as ações dos Estados. Para ele os Estados estão preocupados principalmente com poder e buscam tornar-se hegemônicos, pois a única maneira de garantir sua sobrevivência e segurança é alcançando a hegemonia: exercer poder supremo sobre os demais. Mearsheimer afirma que a estrutura do sistema estatal estimula as unidades políticas a buscar a hegemonia e a lutar para mantê-la, porque o sistema estatal cria incentivos poderosos para que os Estados busquem oportunidades de ganhar poder às custas de seus rivais.

Com esse referencial teórico, em 2014, ano da guerra civil na região do Donbass, da queda do presidente Viktor Yanukovich e da anexação da Criméia na Ucrânia, Mearsheimer (2014) fez uma análise das tensões no Leste Europeu. É importante ressaltar que tal análise foi recuperada com a eclosão da guerra e serve de referência para outras análises mais atuais desde a perspectiva realista, inclusive no Brasil. O argumento central de Mearsheimer é o seguinte: a guerra se deve ao pacote triplo de políticas do Ocidente, composto pela expansão da OTAN, ampliação da UE (o governo russo entende que o desenvolvimento da UE é prelúdio para a extensão da OTAN) e promoção de valores liberais (MEARSHEIMER, 2014) e, neste movimento, o interesse estratégico central de Estado russo foi negligenciado, gerando o dilema da segurança.

A raiz do problema é a expansão da OTAN, o elemento central de uma estratégia mais vasta para tirar a Ucrânia da órbita da Rússia e integrá-la ao Ocidente. Ao mesmo tempo, o alargamento da UE para Leste e o apoio do Ocidente ao movimento pró-democracia na Ucrânia - começando com a Revolução Laranja em 2004 - foram também elementos críticos. Desde meados da década de 1990, os líderes russos têm-se oposto firmemente ao alargamento da OTAN e, nos últimos anos, deixaram claro que não ficariam de braços cruzados se o seu vizinho estrategicamente importante se transformasse num

bastião ocidental (MEARSHEIMER, 2014a, p. 1. Tradução nossa).

A despeito dos alertas russos, o triplo pacote ocidental aumentou o poder do Ocidente, sobretudo dos Estados Unidos, no entorno geográfico russo, incluindo na região que foi parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com Mearsheimer (2007), as grandes potências conhecem os possíveis perigos que a rondam e tentam evitá-los por todos os meios possíveis. Daí então as respostas russas às investidas ocidentais, como, entre outras, a guerra na Geórgia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014 e agora a Guerra na Ucrânia. O Estado russo procura que a Ucrânia esteja em sua esfera de influência e os países ocidentais devem respeitar esta posição. Desrespeitá-la é uma ameaça aos interesses nacionais da Rússia, que assim trava uma guerra defensiva contra o aumento de poder dos Estados Unidos na região.

Mearsheimer (2014) argumenta que desde o governo Clinton a política externa dos EUA e a OTAN minimizaram a *realpolitik* (lógica realista) e foram tomadas pela visão liberal, segundo a qual a paz mundial deve estar baseada na expansão das políticas ocidentais para o resto do mundo: império da lei, interdependência econômica e democracia liberal, articulados em instituições internacionais.

A maioria dos liberais, por outro lado, era a favor da expansão, incluindo muitos dos principais membros da administração Clinton. Acreditavam que o fim da Guerra Fria tinha transformado fundamentalmente a política internacional e que uma nova ordem pós-nacional tinha substituído a lógica realista que governava a Europa. Os Estados Unidos não eram apenas a "nação indispensável", como disse a Secretária de Estado Madeleine Albright, era também um hegemon benigno e, portanto, pouco suscetível de ser visto como uma ameaça em Moscou. O objetivo, no fundo, era fazer com que todo o continente se parecesse com a Europa Ocidental (MEARSHEIMER, 2014, p. 7. Tradução nossa)

Esta crítica ao liberalismo é complementada por uma breve avaliação da política externa do governo Putin. Mearsheimer (2014) indica que o comportamento

da Rússia de Putin é motivado por preocupações legítimas de segurança em relação a uma grande extensão plana de terra, o território ucraniano, que foi atravessada pela França napoleônica, pela Alemanha imperial e pela Alemanha nazista para atacar a própria Rússia. Putin têm pensado e agido de acordo com a lógica realista, enquanto os ocidentais aderiram às ideias liberais sobre política internacional. Apesar de suas tendências autocráticas, “ele é um estrategista de primeira classe que deve ser temido e respeitado por qualquer pessoa que o desafie em matéria de política externa” (MEARSHEIMER, 2014, p.8. Tradução nossa). Não há evidências que sua política externa seja expansionista, “sua reação aos acontecimentos tem sido defensiva, não ofensiva” MEARSHEIMER, 2014, p.9. Tradução nossa).

No Brasil a posição de Fiori (FIORI, 2022, 2023a, 2023b e 2023c) se assemelha ao ponto de vista realista, ainda que com traços da Economia Política Internacional. De acordo com o autor (FIORI, 2023b) o projeto dos Estados Unidos com o fim da Guerra Fria consiste em manter sua supremacia mundial. Os republicanos formularam o projeto *New American Century*, que propõe impedir preventivamente, em todas as dimensões, o surgimento de qualquer potência, em qualquer região do mundo, que minimamente ameaçasse tal supremacia durante o século XXI. Os democratas se concentraram nos ensinamentos de Zbigniew Brzezinski, que ressuscitou a estratégia de George Kennan de 1945: objetivo central da política externa estadunidense é a contenção da Rússia. Ademais, propôs a expansão da OTAN para o Leste Europeu e ocupação militar e incorporação da Ucrânia à OTAN. “Como se pode ver, os republicanos e os democratas formularam, depois do fim da Guerra Fria, diagnósticos um pouco diferentes, mas com objetivos idênticos: manter a primazia mundial dos Estados Unidos durante o século XXI” (FIORI, 2023b, s/p.).

O quase monopólio dos EUA então no poder global lhe permitiu impor e tutelar uma ordem mundial estável e orientada por valores ocidentais. Porém essa potência mundial, responsável pela paz mundial, esteve em guerra durante quase todos os anos desde o fim da URSS e a mundo assistiu à uma sucessão quase contínua de confrontos bélicos ao longo de três décadas. Qualquer tipo de projeto cosmopolita, pacifista e humanitário que pudesse estar contido na política externa nos EUA foi demolido pelo

poder americano (FIORI, 2023c, p. 109). A grande maioria dessas guerras não tem como objetivo paz ou justiça, “Elas buscam sobretudo a vitória e a submissão ou a ‘conversão’ dos adversários e a expansão do poder dos vitoriosos” (FIORI, 2023c, p. 109). Para o autor, isso explica em parte a guerra na Ucrânia.

A outra parte é a reação da Rússia à expansão do poder global dos Estados Unidos, que, na dimensão político-militar, é a expansão da OTAN.

Em 2006, o presidente George W. Bush avançou ainda mais e propôs diretamente a inclusão da Geórgia e da Ucrânia na OTAN, provocando a resposta do presidente Vladimir Putin na reunião anual da Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007, quando Putin advertiu explicitamente que era inaceitável para os russos o avanço da OTAN até suas fronteiras, em particular na região da Ucrânia e do Cáucaso. [...] O restante da história é bem conhecido, desde a incorporação da Crimeia ao território russo, até o reconhecimento russo da independência das repúblicas de Donetsk e Lugansk, passando pelos fracassados Acordos de Minsk e pela proposta apresentada pelo governo russo às autoridades da OTAN e do governo americano, em 15 de dezembro de 2021, solicitando uma rediscussão aberta e diplomática da questão de Donbass e de todo o equilíbrio estratégico e militar da Europa Central [...] Um ano depois do início da invasão russa, a guerra hoje já é direta e explicitamente entre a Rússia e os Estados Unidos e seus aliados europeus, e tudo indica que os Estados Unidos decidiram aumentar ainda mais seu envolvimento no conflito. (FIORI, 2023a, s/p.)

É clara a posição do autor sobre as causas da guerra. O avanço da OTAN transformou o conflito regional no que ele chama (FIORI, 2023b), seguindo Robert Gilpin, de guerra hegemônica, uma disputa sobre quem será a potência hegemônica e definirá critérios e regras da próxima configuração do sistema internacional. Em meio ao debate sobre unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade – um debate típico da teoria do Realismo – e sem perder de vista a ascensão chinesa e o poder indiano, o autor ressalta a decadência dos valores europeus e do império americano para afirmar: “[...] o mundo está passando de um ‘unilateralismo quase absoluto’ para um

‘multilateralismo oligárquico agressivo’, em trânsito na direção de um mundo que viverá por um tempo sem uma potência hegemônica” (FIORI, 2022, s/p.).

## O Liberalismo

A teoria do Liberalismo considera que as conflituosas relações internacionais podem ser convertidas em um sistema de Estados pacífico, por meio da promoção em âmbito mundial do livre mercado, da democracia liberal, do respeito aos direitos humanos e da construção de instituições internacionais. Estes elementos juntos, que superariam a importância do poder dos Estados (*realpolitik*), constituiriam uma ordem internacional liberal de cooperação e paz. Suas raízes teóricas mais modernas podem ser encontradas em clássicos da Filosofia Política como John Locke, Montesquieu e Immanuel Kant. Na área das RI pensadores, e suas obras, do século XX como Norman Angell (2022) e *A grande ilusão* e Robert Keohane e Joseph Nye (1989) e *Poder e interdependência*, são importantes referências, sobretudo para o entendimento segundo o qual a anarquia internacional pode ser mitigada. Pois o principal fenômeno nas relações internacionais seria a interdependência complexa entre os países, as variadas dimensões de dependência mútua entre eles, que demandaria cooperação e diminuiria a necessidade do uso de força militar.

Um dos grandes expoentes atuais da teoria liberal em RI, Michael Doyle (1983a, 1983b e 2005) enxerga uma ligação entre o sistema político dos Estados e a guerra. Ele constrói um esquema teórico a partir do ensaio de Kant, *À paz perpetua*, e argumenta que existem duas regularidades importantes na política mundial: as tendências dos Estados liberais serem simultaneamente propensos à paz em suas relações entre si e propensos à guerra em suas relações com Estados não liberais. Isso significa que, a depender do sistema político adotado em um país, fazer o uso da força militar é uma tendência maior ou menor. Se o sistema for democrático, então os Estados promoverão a paz; se o sistema for autocrático, ele incentivará a guerra na política internacional. Doyle (2005) afirma que os Estados liberais, para que construam relações pacíficas entre si, devem ter – em suas palavras – representação republicana,

o compromisso ideológico com os direitos humanos fundamentais e a interdependência transnacional. Estes são os três mecanismos causais das regularidades, que para funcionar devem estar juntos; a ausência de um deles seria comprometedor. Em outras palavras, para a construção da paz liberal no sistema estatal suas unidades devem ter, primeiro, um sistema político liberal-democrático e leis de respeito aos direitos humanos, uma vez que tal sistema atenderia as demandas individuais (para os liberais os indivíduos são propensos à paz, diferente de Hobbes). Este sistema seria acolhedor e responsivo aos interesses de todos, criando um ambiente sem conflitos. Os Estados liberal-democráticos então valorizariam a cultura democrática e não conflitiva de outros Estados liberal-democráticos, com os quais prefeririam se relacionar. Segundo, os Estados devem promover relações econômicas baseadas no livre mercado, pois a interdependência criada pelo comércio os desencorajaria a usar a força; a guerra ameaçaria a prosperidade. Para complementar, liberais institucionalistas como John Ikenberry (2001) enfatizam o papel das instituições na construção de uma ordem mundial pacífica, as quais promoveriam a colaboração entre os Estados por meio de acordos, organizações ou regimes internacionais.

Em resposta a Mearsheimer, Michael McFaul (2014) e Stephen Sestanovich (2014), afirmam que as causas da guerra não se devem à expansão da OTAN, da UE e de valores liberais, mas sim à política interna da Rússia. “Para saber a história real, é preciso olhar para além do fator que se manteve constante e se concentrar no que mudou: a política russa” (MCFAUL, 2014, p. 167. Tradução nossa). Os autores sustentam que o problema é Putin, uma vez que seu antecessor Medvedev mantinha relações de cooperação com o Ocidente.

A política externa russa não se tornou mais agressiva em resposta às políticas dos EUA; ela mudou em decorrência da dinâmica política interna russa. A mudança começou quando Putin e o seu regime foram atacados pela primeira vez. Depois de Putin anunciar anunciado que se candidataria a um terceiro

mandato presidencial, a Rússia realizou eleições parlamentares em dezembro de 2011 que foram tão fraudulentas como as anteriores [...] protestos eclodiram em uma escala nunca vista desde os últimos meses do regime soviético (MCFAUL, 2014, p. 169. Grifo nosso. Tradução nossa).

McFaul (2014) alega que Putin, para suprimir acusações de fraude contra ele nas eleições que o levaram ao poder, começou a construir uma retórica de Guerra Fria em que os EUA são seu principal inimigo, para reunir mais apoio a seu favor. Assim sua política externa foi moldada. Para sustentar sua legitimidade doméstica, “Putin acredita que os EUA representam uma força sinistra nas relações internacionais” (MCFAUL, 2014, p. 170. Tradução nossa). Os argumentos seguem em direção a sugestões de que a Rússia é um Estado autocrático e a Ucrânia é um Estado democrático. Logo, a democracia ucraniana se apresenta como uma ameaça para os russos. Revoluções democráticas como as revoluções coloridas Leste Europeu (especialmente a Revolução Laranja de 2004 na Ucrânia) e a Primavera Árabe amedrontam Putin, o qual mobiliza sua base social ao afirmar que estes eventos são orquestrados por Washinton para desestabilizar Moscou. Para os autores liberais:

Esta crise não tem a ver com a Rússia, a OTAN e o realismo, mas sim com Putin e o seu aventureirismo desenfreado e errático (MCFAUL, 2014, p. 171. Tradução nossa).

[...] a crise na Ucrânia revelou um estilo diferente de tomada de decisões. Putin tomou decisões impulsivas que subordinaram o interesse nacional russo às suas motivações políticas pessoais (SESTANOVICH, 2014, p. 172. Tradução nossa).

A Rússia tem um líder empenhado na conquista (SESTANOVICH, 2014, p. 173. Tradução nossa).

Conforme apresentado, para os liberais a guerra da Rússia é causada por lhe faltar os pilares da paz liberal considerados por Doyle, que corrobora os argumentos acima em seu mais recente livro (DOYLE, 2023). Seria uma guerra de agressão, como medida

para a manutenção do poder de um governo autocrático. E como consequência, afirma Sestanovich (2014), que Putin reforçou a OTAN.

No Brasil os artigos de Ferraro (2022a, 2022b, 2022c e 2023) se aproximam da argumentação liberal que enfatiza o caráter autoritário do governo Putin como causa da guerra. As causas listadas pelo autor podem ser resumidas e classificadas em motivações originadas nas relações internacionais e motivações originadas na política interna russa (FERRARO, 2022a e 2022b). Em relação às primeiras, expansão da OTAN em direção às fronteiras da Rússia representa ameaça à segurança nacional e à estratégia russa de manter a hegemonia no espaço pós-soviético, ameaçada desde os anos 2000. Ademais, fustiga a Rússia ao intervir em seus aliados, pois a derrubada de governos pró-Moscou, com auxílio ocidental, no entorno geográfico russo (revoluções coloridas), instaurou governos pró-Occidente com o intuito de desestabilizar e enfraquecer o Estado russo e sua política externa na região. Ainda, as elites russas temem que a derrubada de regimes aliados estimule lutas por democracia na Rússia autocrática. Em relação às segundas, as motivações de Putin para a guerra são, primeiro, a sustentação ideológica de seu regime autoritário, ao estimular uma percepção social segundo a qual a Rússia está permanentemente sob ameaças interna e externa. Assim Putin indica que os russos têm que se unir contra os inimigos e traidores e fomenta o nacionalismo, as atitudes autoritárias e o apoio ao seu regime repressivo. É uma “instrumentalização do conflito com o Ocidente a fim de justificar o combate aos seus ‘valores liberais decadentes’ e deslegitimar a democracia representativa liberal” (FERRARO, 2022b). Segundo, as posições ideológicas, nacionalistas e neocoloniais de Putin sobre o “mundo russo”, que assevera o direito do Estado russo em proteger os russos na Rússia e no exterior e procura definir uma identidade nacional que, entre outros aspectos, contesta o direito da Ucrânia de existir como Estado e nação.

Contudo, Ferraro (2023) minimiza os aspectos internacionais que ele mesmo elenca ao analisar o discurso de Putin para justificar a guerra na Ucrânia. O autor afirma que Putin mobilizou os argumentos a) a contenção da expansão da OTAN, b) a proteção dos russos étnicos fora da Rússia e c) a desnazificação da Ucrânia. Então procura mostrar contradições e incorrências neles. Segundo o autor (FERRARO, 2023),

primeiro, embora a expansão da OTAN seja um fundamento legítimo, a guerra provocou o próprio fortalecimento da organização militar, reforçou sua presença militar nas fronteiras russas e resultou em forte apoio à Ucrânia. Putin então conferiu a OTAN uma razão para existir, pois anteriormente a “ameaça russa” era anacrônica. Segundo, ainda que a Ucrânia tenha cometido violações aos direitos humanos contra as províncias rebeldes da região do Donbas, a guerra gerou uma catástrofe humanitária maior. De acordo com o autor, em poucos meses mais civis morreram do que em oito anos de conflito na região. E nessas províncias, que supostamente seriam libertadas, há intensa resistência contra as tropas russas. Terceiro, assim como na Ucrânia existem na sociedade e no Estado ligações com grupos neonazistas – mas para ele sim apoio significativo –, na Rússia ocorrem as mesmas conexões.

Em outro artigo, indaga o autor (FERRARO, 2022c, s/p.)

Quais seriam, então, os principais ganhos de Putin, além de avançar em seu projeto ideológico de desmantelamento do Estado ucraniano, anexação territorial e manutenção da hegemonia regional com base na força? A meu ver, a legitimação de seu regime ocupa papel de destaque. [...]A ala militarista dos círculos próximos a Putin se fortalece política e ideologicamente. Putin precisa do Ocidente e de inimigos, reais ou imaginários, para justificar o seu autoritarismo e a "autopurificação" da sociedade contra a "escória" e os "traidores".

Em suma, Ferraro coloca em dúvida as motivações originadas nas relações internacionais e ressalta o caráter autoritário de Putin. Ademais, reforça o argumento liberal sobre o fortalecimento da OTAN. E vai além: Putin conferiu a OTAN uma razão de existir, como se ela não tivesse propósitos para interferir nas inúmeras guerras travadas pelo Ocidente em nome de valores liberais.

## Crítica marxista

### A cadeia imperialista e a OTAN

Com a finalidade de analisar as causas e o caráter da Guerra na Ucrânia recorreremos à teoria marxista do imperialismo. A teoria do imperialismo investiga, em geral, os processos de acumulação de capital em escala mundial na chamada fase do capitalismo monopolista. Isto é, quando as empresas capitalistas que antes concorriam em relativa igualdade em busca de lucros (capitalismo concorrencial) dão lugar a grandes conglomerados empresariais (monopólio/ capitalismo monopolista). Estes grandes conglomerados, que estão localizadas principalmente nos países centrais (Norte Global: América do Norte e Europa Centro-ocidental) onde o desenvolvimento do capitalismo é mais longo e pujante, controlam setores variados da economia nacional e internacional e interferem diretamente no Estado. A teoria do imperialismo investiga, de modo específico, a localização e a dinâmica do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em países centrais e periféricos. Tal dinâmica consiste na acumulação e exportação de capital dos Estados capitalistas centrais e suas burguesias para outros países centrais e periféricos, o que implica em exploração econômica e conflitos políticos (podemos falar também em subordinação ideológica). Acumulação e exportação de capital formam a base do alastramento e da manutenção do modo de produção capitalista pelo mundo e da formação da divisão política do capitalismo global em centro e periferia, conhecida como divisão internacional (ou imperialista) do trabalho. Essa dinâmica tem em si a luta política, sobretudo das classes dominantes de diferentes Estados, para fazer valer seus objetivos além de suas fronteiras, o que tende a gerar resistências nos países em que buscam interferir. O imperialismo é uma relação de força: para que um país fora do Norte Global implemente um desenvolvimento autônomo do capitalismo em seu espaço nacional e tenha inserção internacional autônoma, deve lidar com as forças estrangeiras. Nesse sentido, a teoria do imperialismo constata que a relação entre centros e periferias é de exploração, dominação e subordinação, porém em relação aos países centrais admite – em suas diferentes variantes no interior do Marxismo – que as grandes potências capitalistas

podem manter relações de cooperação ou conflito, o qual pode ser o prelúdio da guerra.

Nicos Poulantzas (1978) desenvolveu uma sofisticada teoria do imperialismo a partir das teorias marxistas fundantes dos incontornáveis Karl Kautsky (2008) e Vladimir Lenin (2013), alinhando-se à perspectiva leninista. Poulantzas se diferenciou dos teóricos de sua época, Harry Magdoff (1972 e 1979) e Ernest Madell (1967, 1982 e 2009), e ainda influenciou contemporaneamente importantes teóricos como Leo Panitch e Sam Gindin (2012) e Bob Jessop (1985 e 2022).

Para Poulantzas (1978), o alastramento global do capitalismo constituiu um desenvolvimento desigual e combinado entre os Estados e suas economias: desigual, porque criou um centro rico e poderoso e uma periferia pobre e dominada; combinado, porque existem articulações econômicas, políticas e ideológicas entre estas unidades estatais, uma rede de relações assimétricas no capitalismo global. Todos os Estados dessa rede são capitalistas: o Estado é a autoridade social máxima, a instituição que organiza dominação de classe e corresponde às relações de produção capitalistas, isto é, garante a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Seguindo a tradição marxista, Poulantzas (1977 e 1978) considera que o Estado e a economia estão inseridos nas lutas de classes e busca criar um conceito para examinar as complexas relações entre a classe dominante no capitalismo, a burguesia, e o Estado: o bloco no poder. O bloco no poder é a unidade conflituosa das frações da classe burguesa (a burguesia não é uma classe homogênea; divide-se em setores, funções, escala, etc.) em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção das relações de produção capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios de produção. Sua unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar o Estado, mobilizando-se para que este atenda seus interesses gerais (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria) e específicos de cada fração. O Estado é, portanto, fator de unidade política do bloco no poder (POULANTZAS, 1977).

Sua teoria do imperialismo tem como centro conceitual o bloco no poder. Poulantzas (1978) ressalta que o bloco no poder não pode ser apreendido num plano puramente nacional. Mas sim em um sistema internacional complexo de Estados capitalistas em que cada Estado se encarrega dos interesses dos capitais autóctones e estrangeiros e seus projetos político-ideológicos. As relações entre os Estados de exploração, dominação e subordinação, força e fraqueza, e conflito ou cooperação dependem de seus blocos no poder, sua configuração interna e suas articulações exteriores. O Estado é concomitantemente arena e ator, e não um instrumento manipulável à vontade da classe dominante: é uma arena de luta entre as frações da burguesia, dentre as quais uma (ou um conjunto) delas assume a direção (hegemonia); em suas relações exteriores, o Estado é um ator na política internacional e na reprodução universal do capital e dos projetos político-ideológicos que representa a direção do seu bloco no poder.

Essa teoria é particularmente pertinente para analisar as relações entre as potências capitalistas – que são distintas das relações centro-periferia – e empiricamente a própria OTAN. Poulantzas (1977) chama atenção para a cadeia imperialista, conceito que procuramos retificar e desenvolver: o conjunto dos blocos no poder das potências capitalistas ocidentais e seus aliados, sob liderança do Estado dos EUA, formado após o fim da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de preservar e defender o capitalismo global e sua condução pelas lideranças transatlânticas. Algumas observações sobre a cadeia imperialista precisam ser feitas como esclarecimentos e hipóteses. Primeiro, uma aliança de décadas das potências capitalistas ocidentais derrotou a URSS e conduz o capitalismo em seus moldes neoliberais até os dias de hoje. Segundo, tal aliança não significa a ausência de contradições e conflitos entre os Estados nacionais. Por um lado, existe cooperação militar entre eles para que sobretudo a destruição das grandes guerras do século XX não torne a acontecer. Por outro, a competição entre suas empresas transnacionais é um ponto de conflito no interior desta rede. Terceiro, a cadeia imperialista se opõe e procura destruir qualquer projeto que não esteja sob sua tutela, sejam projetos de capitalismo autônomo (como parece ser o caso russo), sejam

projetos anticapitalistas (como parecer ser o caso chinês). Quarto, empiricamente a faceta militar da cadeia imperialista é a OTAN.

### **O bonapartismo e o governo Putin.**

Uma análise da guerra que se pretenda ser mais ampla e complexa precisa abordar a dimensão das relações internacionais, como no item anterior, e a dimensão nacional do Estado russo, bem como a articulação entre elas. Ainda com o referencial teórico de Poulantzas, mobilizamos sua teoria sobre o Estado capitalista (POULANTZAS, 1977) e, a partir dela, os desenvolvimentos, as retificações e os avanços feitos por autores brasileiros para levantar algumas hipóteses sobre o governo Putin.

Na teoria de Poulantzas (BOITO JR., 2022), em resumo, o Estado capitalista é constituído pelo conjunto de quatro elementos: o direito burguês, o burocratismo e burocracia, o efeito isolamento e o efeito representação da unidade. O direito burguês individualiza os agentes sociais e apaga a percepção de seu pertencimento de classe e o burocratismo/burocracia reúne tais agentes já individualizados em uma comunidade nacional imaginária, dado que a burocracia do Estado permite formalmente o ingresso de indivíduos de todas as classes. O direito burguês produz o efeito ideológico da individualização e o burocratismo/burocracia produz o efeito ideológico de representação da unidade. Este conjunto produz e reproduz as figuras do cidadão-indivíduo-singular e ao mesmo tempo do povo-nação, um coletivo nacional suspostamente dotado de interesse comum. Então, tal conjunto de elementos articulados é o que podemos denominar Estado nacional.

Dois traços característicos e vinculados ainda são acrescentados por Poulantzas (1977) na sua definição de Estado capitalista: a unidade própria e a autonomia relativa. A unidade própria significa que as intuições do Estado apresentam uma coesão interna, sem fragmentação do poder político e sem partilhas do poder institucionalizado pelas frações de classe do bloco no poder. A autonomia relativa é o funcionamento do Estado quando não atende os interesses específicos das frações do bloco no poder, mas continua atendendo seu interesse político geral de manutenção do modo de

produção capitalista. A autonomia relativa permite ao Estado intervir contra os interesses específicos de uma ou outra ou todas as frações da classe dominante, pois por vezes sacrifícios são necessários para realização de projetos distintos e do interesse político geral de classe. Essa autonomia relativa do Estado, como traço característico no Estado capitalista, Saes (1998) denomina bonapartismo *latu senso*, uma vez que Poulantzas extrai este conceito das obras históricas de Marx, como *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

Poulantzas (1970) indica que o Estado capitalista assume historicamente formas, que em geral são duas: a forma democrática e a forma ditatorial. Boito Jr. (2022) avança nesta definição e especifica ambas as formas. A forma democrática é a democracia burguesa, em que existe “processo institucionalizado de consulta aos membros da classe dominante, extensão dos direitos políticos à classe dominada e o parlamento pode assumir o domínio no conjunto do Estado” (BOITO JR., 2022, p. 106). Os regimes políticos da forma democrática podem ser variados, desde monarquia constitucional até república democrática, assim como as relações entre executivo e legislativo e os sistemas partidários. Já na forma ditatorial, ou Estado capitalista de exceção, tem-se “maior autonomia relativa da burocracia frente à classe dominante e domínio de um ramo da burocracia no conjunto do Estado” (BOITO JR., 2022, p.106). No interior da forma ditatorial, Poulantzas (1970) e Boito Jr., (2022) indicam a possibilidade de três regimes ditatoriais, o fascista, o militar e o bonapartista. Interessa-nos aqui a definição de regime bonapartista ou ditadura bonapartista: “simulação da representação do povo-nação pela burocracia e por via plebiscitária e domínio da burocracia civil no Estado” (BOITO JR., 2022, p.106). Importante notar que nessas formas ditatoriais ocorre uma ampliação da autonomia relativa da burocracia do Estado em relação à classe dominante (BOITO JR., 2022, p. 104).

Uma vez entendidos o que são o bonapartismo *latu senso* (autonomia relativa do Estado capitalista) e a ditadura bonapartista (forma do Estado capitalista de exceção), temos condições de abordar o que podemos chamar de bonartismo *stritu senso*. De acordo com Boito Jr. (2020), o bonapartismo é o fetiche do Estado, concebido como promotor da ordem. Os trabalhadores, “que são a base de uma relação bonapartista,

esperam que o Estado – que também consideram universalista, livre e soberano – tome a iniciativa de impor a ordem social, mesmo quando esta é ameaçada por forças perturbadoras e subversivas” (BOITO JR., 2020, p. 137). Referindo-se a *O 18 de Brumário* de Marx, o autor argumenta que a expectativa sobre as medidas do Estado “era alimentada pelos camponeses franceses que esperavam de Bonaparte a eliminação do movimento operário emergente em Paris, que eles viam como uma ameaça à ordem e à propriedade privada” (BOITO JR., 2020, p. 137).

Sobre o governo Putin, nossas hipóteses são que o governo mantém uma relação bonapartista (*strictu sensu*) com sua base social. O fenômeno do bonapartismo no Estado capitalista amplia a autonomia relativa do Estado (bonapartismo *latu sensu*) russo sob a liderança de Vladimir Putin e a burocracia que ele comanda. Mas entendemos que o Estado russo sob o governo Putin é ainda uma democracia burguesa (talvez deteriorada); não está instaurada na Rússia atualmente uma ditadura bonapartista, apesar de existir uma tendência do fenômeno do bonapartismo para tal. Qual é então a relação entre o governo bonapartista de Putin e a expansão da cadeia imperialista da OTAN? Como parece ser típico dos fenômenos do bonapartismo, ele carrega consigo projetos de desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional e inserção internacional autônoma do Estado, em boa parte desconectados da cadeia imperialista. E como mencionado, a OTAN não tolera qualquer projeto desta natureza.

### Considerações finais

Neste artigo procuramos mostrar como as teorias do Realismo e do Liberalismo, mediante uma exposição teórica e apresentação de análise concreta de autores brasileiros, avaliam as causas e o caráter da Guerra na Ucrânia. As causas apontadas por realistas e liberais ficam evidentes, ainda que a atribuição do caráter da guerra ao confronto fique mais por nossa conta. No **Realismo**, é uma **guerra de defesa** e a principal causa é a **expansão da OTAN**. No **Liberalismo**, é uma **guerra de agressão** e a principal causa é a **autocracia de Putin**.

Concordamos como os realistas sobre as causas e realçamos, diferente deles, as operações da cadeia imperialista de fustigar o projeto do governo bonapartista de Putin. Ocorre sim uma mudança no equilíbrio de poder, conduzida pelo Estado estadunidense com o intuito de aumentar ainda mais sua supremacia. Nessa perspectiva, a análise concreta constata que a OTAN se expande até as fronteiras da Rússia. Mas, do nosso ponto de vista, essa mudança deve que ser entendida com a teoria do imperialismo. E mais: a reação a essa mudança só pode ser entendida olhando para a política interna russa, articulada com as relações internacionais. Não desconsideramos a tendência autoritária do governo Putin, porém não caímos no orientalismo liberal que insiste na fórmula Ocidente democrático e civilizado X Oriente autocrático e bárbaro. O governo Putin deve ser entendido por meio da luta de classes, do Estado capitalista e principalmente da luta intraburguesa do bloco no poder. Uma análise assim indica que o governo Putin contém um projeto de desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional e inserção internacional autônoma do Estado, em boa parte desconectado da cadeia imperialista, intolerável para a o Ocidente e para a OTAN.

Do lado russo, na nossa avaliação, trabalhamos com a hipótese segundo a qual a política externa russa atualmente não é imperialista, a despeito de sua altivez. Mas também não é uma política externa subordinada, como muitas dos países da periferia do capitalismo global. Assim, não faz sentido caracterizar a guerra como interimperialista, como indica Lenin sobre a Primeira Guerra Mundial e como foram as guerras mundiais do século XX. Naquela época as potências capitalistas ocidentais lançaram mão de política externas imperialistas e entraram em choque por poder e riqueza nas relações internacionais.

Avaliamos que a principal **causa da guerra é a expansão da cadeia imperialista/OTAN e seu caráter contra-imperialista**. Preferimos usar o termo “contra” e não “anti”, pois aquele denota um caráter estatal e burguês da posição russa. Isto é, a oposição à expansão da cadeia imperialista é uma mobilização do Estado e das frações da burguesia. Além disso, relacionado com o expansionismo da OTAN, o termo “contra” também denota que é uma guerra de defesa. O termo “anti” denotaria um caráter

proletário e popular, contra as potências imperialistas e o Estado e as classes dominantes dos países periféricos e uma tendência à transição socialista. Contra-imperialismo não é o anti-imperialismo das lutas e dos escritos de Mao Tse-tung, Ho Chi Minh, Frantz Fanon, Che Guevara e tantos outros que combateram o imperialismo e o capitalismo na periferia do sistema. Nessa acepção anti-imperialista decididamente o governo Putin não o é.

## Referências bibliográficas

- ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Editora da UnB: IPRI, 2002.
- BOITO JR. Lulism, Populism, and Bonapartism. **Latin American Perspectives**, issue 230, vol. 47, no. 1, January, 2020.
- BOITO JR., Armando. Apresentação e discussão do conceito poulantziano de fascismo. In: BERRINGER, T. e LAZAGNA, A. **A atualidade de teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: UFABC, 2022.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise 1919-1939**: uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 2001.
- DOYLE, Michael. **Cold peace**: avoiding the new cold war. New York: WW Norton & Company, 2023.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 1. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 3, Summer, 1983a.
- DOYLE, Michael. Kant, liberal legacies and foreign affairs, part 2. **Philosophy & Public Affairs**, vol. 12, n. 4, Autumn, 1983b.
- DOYLE, Michael. Three Pillars of the Liberal Peace. **The American Political Science Review**, vol. 99, no. 3, August, 2005.
- FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Revista Conjuntura Austral**, v.13, n.64, out./dez., 2022b.
- FERRARO, Vicente. O que está por trás da crise entre a Rússia, Ucrânia e Otan? **Poder 360**, 2022a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/o-que-esta-por-tras-da-criseentre-a-russia-ucrania-e-otan/>. Acesso em julho de 2023.
- FERRARO, Vicente. The contradictions in Vladimir Putin's "just war" against ukraine: the myths of NATO's containment, minority protection and denazification. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5486>. Acesso em julho de 2023.
- FERRARO, Vicente. 'Vladimínions' acadêmicos condenam imperialismo americano, mas veem Putin como messias. **Folha de São Paulo**, 2022c. Disponível em:

*Bugiato, A guerra na Ucrânia sob a ótica das teorias de Relações Internacionais*

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/vladimions-academicos-condenam-imperialismo-americano-mas-veem-putin-como-messias.shtml>.

Acesso em julho de 2023.

- FIORI, José Luís. Guerra na Ucrânia: a conjuntura e o sistema. In: FIORI, José Luís. **A guerra, a energia e o novo mapa de poder mundial**. Petrópolis: Vozes, INEEP, 2023c.
- FIORI, José Luís. Sobre a guerra. **A terra é redonda**, 2023b. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/sobre-a-guerra/#\\_edn4](https://aterraeredonda.com.br/sobre-a-guerra/#_edn4). Acesso em julho de 2023.
- FIORI, José Luís. Ucrânia. **A terra é redonda**, 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ucrania/>. Acesso em julho de 2023.
- FIORI, José Luís. Um ano depois. **A terra é redonda**, 2023a. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/um-ano-depois/>. Acesso em julho de 2023
- HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, vol. 2, vo. 2, 1950.
- IKENBERRY, John. **After victory: institutions, strategic restraint and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- JESSOP, Bob. A contribuição poulantziana para o estudo do imperialismo. In: BERRINGER, T. e LAZAGNA, A. **A atualidade de teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: UFABC, 2022.
- JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy**. Hong Kong: Macmillan, 1985.
- KAUTSKY, Karl. O imperialismo e a guerra. **Revista História e Luta de Classes**, v. 5, 2008.
- KEOHANE, Robert and NYE, Joseph. **Power and interdependence**. 2nd ed. Glenview: Scott Foresman, 1989.
- LÊNIN, Vladímir. El imperialismo: etapa superior del capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **Obras selectas**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2013. v. 1, p. 479-574.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.
- MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- MANDEL, Ernest International capitalism and “supra-nationality”. *Socialist Register*, v. 4, 1967.
- MANDEL, Ernest. **Europe vs. America**. New York: Monthly Review Press, 2009.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MCFAUL, Michael. Moscow's Choice. In: MCFAUL, M., SESTANOVICH, S. and MEARSHEIMER, J. **Faulty powers: who started the Ukraine Crisis?** *Foreign Affairs*, November/December, vol. 93, no. 6, 2014.
- MEARSHEIMER, John. **A tragédia de política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.
- MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine crisis is the West’s fault? The liberal delusions that provoked Putin. *Foreign Affairs*, vol. 93, n. 5, September/October, 2014.
- MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado: UnB, 2003.
- PANITCH, Leo and GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of american empire**. London: Verso, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascisme e dictature**. Paris: François Maspero, 1970.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, n. 7. Xamã: São Paulo, 1998.
- SESTANOVICH, Sthepen. How the West Has Won. In: MCFAUL, M., SESTANOVICH, S. and MEARSHEIMER, J. **Faulty powers: who started the Ukraine Crisis?** *Foreign Affairs*, November/December, vol. 93, no. 6, 2014.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. New York, NY: McGraw-Hill, 1979.

**Data de submissão: 03/08/2023**

**Data da avaliação: 21/09/2023**

*Bugiato, A guerra na Ucrânia sob a ótica das teorias de Relações Internacionais*

DOI 10.51308/continentes.v1i22.458